

O Sedutor Mercado – a pulsão humana no mundo Pós-Moderno: como o pecado da luxúria se elevou á categoria de virtude.

*Albert Drummond**

Resumo:

Os domínios do corpo sempre foram uma das principais fontes de condenação moral da Igreja. Durante a Idade Média e a Moderna, as distorções de valores se deram com os pensamentos “progressistas”, desconstruindo de forma racional as amarras e tensões sobre o corpo. No Pós-Modernismo, com a Revolução Sexual, toda conduta referente à corporeidade foi reavaliada, as relações ficaram “possíveis” e a moral católica declarou guerra às “novas” definições. Enquanto a “liberdade sexual” aparecia como uma nova ideologia a Igreja tentava reafirmar sua posição moral ao que se refere à sexualidade, artigos do *O Diário* católico (1935-1971) que através da associação entre carnaval e luxúria, construíram um mapa da imoralidade no Brasil. Por outro lado, revistas como *Querida* (1958), *Cláudia* (1961) vinham reafirmar o papel das mulheres na sociedade como submissas e obedientes, já a *Playboy* (1975) impulsionava um pensamento machista e sexual. No mesmo período discursos feministas se consolidavam e a posição das mulheres e as condutas sexuais começam a serem revistas. Se por um lado temos *O Diário* com um discurso que condenava a luxúria, por outro o mercado a estimulava. A “permissividade” das relações sexuais facilitou ainda mais a limpeza de sua reputação; no mundo Pós-Moderno o individuo consegue exercer sua sexualidade (mesmo que alguns segmentos a condenem). Trabalhando com conceitos de moral, imaginário e discurso este ensaio pretende compreender através de discursos dicotômicos sobre a luxúria em periódicos do período de 1940 a 1980 como se deu a elevação deste pecado à categoria de virtude dentro do pensamento Pós-Moderno.

Palavras chave: Luxúria. Pós-Modernidade. Moral Católica.

1. Contextualizando a luxúria.

* Historiador e Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Email: a_drummond@hotmail.com

Luxúria do latim (*luxúria*) que deriva de *Luctus*, “deslocado” (vide “luxação”), relacionado ao verbo *Luctari*, “lutar, tensionar”, pelo sentido de “fora de lugar”. Duas¹ principais fontes caracterizam a luxúria, a primeira é em Aristóteles e a segunda é bíblica. Em *Ética e Nicômaco*, Aristóteles (2001) entende a “libertinagem” como um vício por excesso, por exagero que advém de uma pré-disposição humana aos prazeres corporais. Aristóteles diz: “- O prazer completa a atividade, não como o faz o estado permanente que lhe corresponde, por já estar presente no agente, [...] nenhum ser humano é capaz de uma atividade contínua e essa é a razão de não ser contínuo também o prazer.” (2001, p. 223). Em outras palavras, o prazer segue uma lógica momentânea, por isso sentimos falta, nos viciamos em busca de mais prazer. No entanto a libertinagem é o excesso da sexualidade em todas suas vertentes.

A segunda fonte que caracteriza a luxúria deriva-se da bíblia; no primeiro capítulo do Gênesis versículo 27 está escrito que: "*Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher.*" porém no segundo capítulo versículo 18: "*O Senhor Deus disse: “Não é bom que o homem esteja só; vou dar-lhe uma ajuda que lhe seja adequada.”* e é apenas no versículo 22 do segundo capítulo que Eva é criada: "*E da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher, e levou-a para junto do homem.*". (Gn 2, 7-25).

É possível que no primeiro capítulo a mulher criada seja Lilith que pode ter sido retirada da Bíblia durante o Concílio de Trento como sugere Kultrov (2007, p.39-40), a interesse da Igreja Católica, para reforçar o papel das mulheres como devendo ser submissas, e não iguais, ao homem. Porém muitas pinturas e esculturas a retratam como a serpente que tentou Eva a comer o pomo do conhecimento².

A luxúria está desde o princípio, no centro da cultura cristã do pecado e que durante toda a Idade Média a Igreja trabalhou mecanismos de sujar sua reputação, Aristóteles nunca condenou os prazeres sexuais, porém o exagero, derivando luxúria

¹ Existem muitas civilizações que tratam sobre a luxúria, porém neste trabalho só nos interessa dois conceitos; o Grego e o Bíblico.

² Michelangelo em 1.510d.C cria uma pintura representando Lilith, na imagem, estão Adão, Eva e Lilith, no meio, metade mulher, metade cobra, entregando uma maçã a Eva. O que realmente interessa nesta observação é que Lilith pode ter sido uma das primeiras personificações do pecado da Luxúria, a responsável por tentar o Homem e a seduzir Eva a entregar a maçã, e que em consequência desencadearia toda História que conhecemos hoje. Uma interpretação possível é de que ela seja a mulher que Caim encontrou depois de ser expulso e, portanto, tendo com ele seu primeiro filho, Enoque e fundando uma cidade de mesmo nome. Muitas culturas, como Hebraica, grega, suméria, mesopotâmica consideram Lilith, a primeira mulher de Adão. (KULTROV, 2007). Deve-se deixar claro que essa versão da bíblia não é a versão oficial da Igreja Católica, mas sim advém de outras culturas, como listadas acima, no entanto esta análise não deve ser levada como fato histórico documental.

poderia ser entendido como uma incapacitação do ser humano de lhe dar com seus limites, por fim, uma fraqueza, um vício.

A Igreja, no entanto se dispôs a associar a luxúria com a sujeira da alma, ao nojo, com a escuridão, com a animalidade, bestificando o corpo e por fim com a condenação a morte, à danação, ao inferno, estabelecendo entre o mal e a luxúria a mesma significação.

A Idade Média impulsionará uma forte depreciação corporal e sexual através dos ideários descritos em estudos sobre a sexualidade, porém é no século XII que os pecados da carne começam a ter maior destaque, quando o celibato é definido como uma obrigação estrita dos clérigos, no qual uma nova doutrina do casamento se impõe aos laicos com regras mais coercitivas (BASCHET, 2000).

No início do século XIV, Dante Alighieri escreve a obra clássica *A Divina Comédia*³ (1977), que traz pela primeira vez uma descrição geográfica do Além, subdividindo a destinação pós-morte dos homens em três níveis (Inferno, Purgatório e Paraíso), (LE GOFF, 1993).

Tanto no Inferno quanto no Purgatório os luxuriosos possuem lugares garantidos, no segundo círculo do inferno as almas condenada pelo pecado da carne estão envoltas por um vendaval frio no qual seus corpos são lançados de um lado para o outro em enormes pedras, batendo e rebatendo, flagelando os espíritos condenados; já no purgatório em seu sétimo círculo, os luxuriosos estão como sombras caminhando sobre enormes labaredas de fogo, eles são divididos em dois grupos, os que cometeram o pecado de forma natural, e os que o cometeram de forma anti-natural⁴, os “anti-naturais” andam em sentido contrário dos “naturais”, ambos grupos entoam frases de expurgação enquanto caminham. (ALIGHIERI, 1981). Com a *Divina Comédia* Dante solidifica o imaginário Moderno sobre as consequências de cometer luxúria.

Por mais que a *Divina Comédia* tenha papel importante na cultura de culpabilização do pecado no Ocidente, foi com o manual dos confessores que uma “neoróse coletiva da culpabilidade⁵” surgiu. Para Foucault (1999) com os meios e a mentalidade da época a Igreja se esforçou para construir uma “ciência da sexualidade”,

³ *A Divina Comédia*, finalizada exatamente na mesma data da morte de Dante, foi escrita entre 1304 e 1321. Há controvérsias quanto à data exata da publicação da obra completa.

⁴ De forma natural seria a luxúria dentro da concepção sexual cristã, de forma antinatural se enquadrariam os homossexuais.

⁵ Termo usado por Delumeau (2003).

definindo e hierarquizando as gravidades advindas da luxúria, tornando assim a confissão sua matriz geral.

Na alta Idade Média, a sólida matriz que associava a teologia moral do pecado à obrigação da confissão (o discurso teórico sobre o sexo) foi rompido, ou pelo menos distendido ou diversificado, dando vazão á novas interpretações acerca do que é pecar contra a luxúria. (FOUCAULT, 1999).

Ao fim da Idade Média o pecado da luxúria se torna secundário e o corpo passa a ser o detentor do mal, “a prisão e o veneno da alma” (LE GOFF, 2006).

A mulher passa a ser diabolizada, a sexualidade controlada, a homossexualidade no princípio condenada, depois tolerada e enfim banida; risos e gesticulações se tornam indícios de excitação, máscaras, maquiagens e trajes se tornam sinônimos de sedução e (ou) perversão, a gula (principalmente de carnes, condimentos e álcool) se associados expõe o homem às consequências diretas da luxúria. Perversão clerical, incesto, meretrício, adultério, sodomia e concubinato passam a ser ferrenhamente condenados pela Igreja; essas se tornam as novas filhas da Luxúria. (LE GOFF, 2006).

De todos os sete pecados, talvez a luxúria tenha sido o pecado mais condenável, uma vez que era presente em todas as classes sociais.

2. O processo de inversão do pecado da luxúria à virtude.

Ao longo do tempo, a Igreja Católica acumula uma vasta gama de conhecimentos, opiniões e atuações no que diz respeito à luxúria: os conceitos deste pecado e do pecar tiveram extensa evolução durante a história da Igreja, que, com vistas a proteger suas próprias posições e alianças, reordena e modifica a gravidade do vício da luxúria.

Durante toda a Idade Moderna, a moral católica oscilou, seja pendendo para uma afirmação ou consolidação de seus preceitos, seja anulando-se em detrimento de seus interesses, questionada por novas linhas de pensamentos que surgiam. Em meados do século XX, “novas” correntes ideológicas surgem: a mais forte e a “principal” delas foi o pós-modernismo⁶, que assumiu o direcionamento a uma nova linha de pensamento, se responsabilizando pela ressignificação de toda uma milenar acepção desenvolvida pela

⁶ Neste texto, utilizo o conceito de Frederic Jameson de pós-modernismo: “um novo estágio do capitalismo ou um capitalismo tardio” (JAMESON, 1985). De forma simplificada, seria a desconstrução dos conceitos ideológicos dominantes durante a Idade Moderna e a valorização do indivíduo e a efetividade da relação entre o indivíduo e o mercado.

Igreja durante a história. O pós-modernismo desregulou uma linearidade dentro da moral católica já construída e validada, invertendo seus valores. “As doutrinas éticas pressupunham certa homogeneidade local, em que podiam reescrever exigências institucionais como normas interpessoais e com isso reprimir realidades políticas nas ‘categorias arcaicas do bem e do mal’ [...]”. (JAMESON *apud* ANDERSON, 1999, p. 77).

O pós-modernismo trouxe a possibilidade do questionamento e da autonomia, desconstruindo doutrinas enraizadas, desqualificando-as e oferecendo vastas opções, como diz Jencks (2006, p. 142).

O pós-modernismo projetou o indivíduo cada vez mais dentro da lógica do mercado e essa “nova” concepção trouxe consigo um desejo de liberdade, onde o homem basta-se a si mesmo quando inserido no mercado e, neste particular, a economia não segue leis, mas *tendências*. (GALVÃO, 1997).

Na Idade Média, o homem desprezava o corpo e cultuava a alma. No período conhecido como a “Pastoral do Medo” (DELUMEAU, 2003), durante a Idade Moderna, com o Renascimento e o Iluminismo, o homem se configurou em dois processos principais: o de desconstrução (do ser, antes definido pela Igreja) e o de racionalização. A partir da pós-modernidade, o homem se encontra no cerne do sistema de mercado.

A pós-modernidade definiu novos contornos sobre a relação do homem com a religião: se por um lado ele a descarta, apoiando-se nos mecanismos disponíveis do mercado, por outro ele se agarra de forma fundamentalista e enfática aos diversos “novos” deuses. Este homem não precisa mais de um direcionamento sobre seu agir, sua conduta e sua ética já que o próprio mercado o oferece.

No início do século XX, em 1915, Freud resgata a ideia de Aristóteles sobre as paixões humanas (instintivas e puncionais) e, trabalhando com o conceito de pulsões, desconstrói e desmistifica as ideias de vício e de pecado (ou pecado original) já consolidadas pela Igreja. Para Freud (*apud* Blanco, 2013), pulsão (do alemão *Trieb*, que significa *broto*) é uma forma germinativa do querer, que é estimulada pelo ambiente em que vivemos. Todos temos essa força natural e tanto os vícios de Aristóteles quanto os pecados da Igreja nada mais são que pulsões, instintos naturais do ser humano, que os comete quando a sociedade os estimula. As teorias apresentadas têm um ponto em comum: vícios, pecados e pulsões podem ser contidos⁷.

⁷ Para a Igreja, podemos extinguir nossos pecados através das virtudes, uma forma de reciclar do ruim para o bom.

As compulsões do homem pós-moderno, suas regulações e supressões são a marca registrada de meados do século XX, resultando nos excessos, antes trabalhados pelos gregos, depois condenados pela Igreja e, agora, validados pela lógica do mercado. O mercado oferece possibilidades de satisfazer os mal-estares dos homens, as pulsões de Freud elucidam a questão do medo (já que ceder às “paixões” é parte essencial de quem somos) e o mercado nos estimula a isso. O individualismo, tão cultuado pelo pós-modernismo, fez com que aprendêssemos a “honrar” os nossos deveres morais individuais.

Enquanto a Igreja Católica e outras religiões tentam a todo custo um “retorno” de uma moral altruísta, o mercado “descentra” o indivíduo estabelecendo uma “moral sem obrigações nem sanções” segundo as aspirações da massa que se mostra cada vez mais inclinada a um individualismo hedonista democrático” (LIPOVETSKY, 2005, p. 105).

Jean Delumeau (2003) escreveu sobre a culpabilização do pecado no Ocidente e sobre como o homem medieval se sentia (ou o faziam sentir-se) quando cometia pecado: “Na história europeia, a mentalidade obsessiva foi acompanhada de uma “culpabilização” maciça, de uma promoção sem precedentes da interiorização e da consciência moral. Em escala coletiva, nasceu no século XIV uma “doença do escrúpulo” que se amplificou” (DELUMEAU, 2003, p.9). Na sociedade pós-moderna, o conceito de culpa passa a ser considerado obsoleto: para Menninger (*apud* GUINNES, 2006, p. 18), dentro da teologia pós-modernista, a noção de “mal” deixou de ser pecado para ser crime (definido legalmente), e se tornar doença (definida em categorias psicológicas). Em outros termos, a moral “profana” suplantou as leis morais de salvação eterna, apontando para uma nova perspectiva em que um grande número de sólidas prescrições morais ainda continua envolvendo uma incessante busca pelo prazer.

3. O fértil e dicotômico Mercado da sedução.

O papel da religião e da moral católica foi adotar a missão de dar continuidade à importante virtude do amor⁸, enquanto as novas configurações e os pensamentos modernos cultivam a liberdade sexual, diferenciando precisamente a relação de um com o outro. Dufour (2008) tenta clarear essa dicotomia: existem duas relações de amor: “o

⁸ Aqui me refiro ao que a religião considera *amor*: a instituição do casamento, a fidelidade e as relações monogâmicas. (DUFOUR, 2008).

amor pelo outro” (o amor sexual, a luxúria) e “o amor verdadeiro”, o da moral tradicional. No amor pelo outro o indivíduo pode escolher quem ele quer, inclusive pode pagar por isso (amor comprado⁹). Já no “amor verdadeiro” o indivíduo não escolhe o outro, ele “é o que te cabe” (DUFOUR, 2008, p. 71). De certa forma, as duas formas de amor são afetadas pelas práticas pós-modernistas, possibilitando a não necessidade de reconhecer a existência do outro. A relação de dicotomia entre moralidade e “liberdade” (ou permissividade) torna a luxúria uma virtude por vezes exaltada, porém não menos condenada. Segundo Lipovetsky:

A cultura contemporânea esvazia a moralidade de sua dimensão sexual, mas a reintegra pelo viés do protesto feminista; chancela a liberdade de expressão pornográfica, mas dá origem a novas imposições de censura, ainda que em nome da liberdade; deixa de pôr no pelourinho a sexualidade, mas reconstrói contradições e conflitos redibitórios acerca dos conceitos do que seria digno ou indigno da expressão sexual (LIPOVETSKY, 2005, p. 57).

Para Giordano (2012) a Pós-Modernidade impôs uma severa moral sexual, ordenando e disciplinando as condutas de homens e mulheres, e afirmando como objetivo a reprodução antes do prazer e do desejo. Com os avanços da modernidade houve uma notável mudança de valores e sentidos comuns e, com isso, o sexo e a sexualidade adquiriram maior visibilidade na esfera do público: da ciência aos artefatos culturais. “Naturalmente, essas mudanças operam tanto no nível econômico, político e social como também no nível dos valores e dos sentidos que os sujeitos sociais assumem individual e coletivamente.” (GIORDANO, 2012, p.).

No Brasil a expansão das idéias libertárias “sexuais” foram veemente condenadas. A instituição da Igreja aliada ao Estado que através de periódicos e leis reafirmavam a necessidade de manterem uma “boa moral” dentro da sociedade. No entanto, foi depois do golpe de 1964 que leis mais coercitivas começaram a serem criadas e a censura aos poucos ia recortando o que poderia ser publicado ou não.

Em 1969, a Junta Militar, composta pelo general Lira Tavares (1905-1998), almirante Augusto Rademaker (1905-1985) e pelo brigadeiro Márcio de Souza Mello (1906-1991), modificou a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional. Já em 17 de outubro a Emenda Constitucional n.º 1 alterou o Art. 150, parágrafo 8 da Constituição. A nova redação pregava que "A publicação de livros e periódicos não depende da licença da autoridade. Não serão, porém toleradas a propaganda de guerra, de subversão

⁹ Comprado por tudo que a sociedade Pós-Moderna possa oferecer: pornografia, interação virtual e prostituição.

da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes" (Mattos, 2006).

Outros setores apoiaram a lei como o Exército. Segundo os "objetivos nacionais permanentes" da Escola Superior de Guerra, "a pornografia¹⁰ se encontrava a serviço de interesses políticos de subversão, pois levava à destruição dos padrões morais vigentes" (Costella, 1970:143) (Grifo nosso). Representantes do Clero e organizações civis também aplaudiram a iniciativa do governo.

Em 1970, para assegurar o controle nas revistas sobre sexo, o diretor-geral do Departamento da Polícia Federal, Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, em 17 de março de 1970, baixou a Portaria nº 219. (COSTA, 2006). Seu artigo 1º afirmava que:

[...] as publicações periódicas, ilustradas ou não, que contenham matéria que exteriorize manifestação de temas eróticos de crimes de violência, aventura amorosa, horror, ou de humorismo picante, destinadas a se comunicar com um público adulto, só poderão ser distribuídas aos postos de venda, ou encaminhadas aos seus assinantes, embaladas em material opaco, resistente e hermeticamente fechado. (CARVALHO apud COSTA, 2006, p. 6).

A Portaria também previa a inscrição "Proibida a Venda a Menores de 18 Anos de Idade" e também que não seriam "toleradas quaisquer publicações que contenham matéria pornográfica, libidinosa, obscena, ou sadomasoquista" (COSTA, 2006, p. 6) (Grifo nosso).

A intolerância religiosa e estatal reafirmavam suas posições morais utilizando-se também de periódicos que iam contra revistas que disseminavam ideários morais contrários aos que já eram vigentes. Revistas como, *Querida* (1958) e *Cláudia* (1961) reafirmavam o papel da mulher na sociedade. Com a demanda do mercado cada vez mais crescente, produtos nacionais ou internacionais estavam em busca de seus compradores, entre os quais o mercado encontrou na dicotomia entre moralidade e imoralidade meios de crescer seu poder.

O sexo e a sexualidade foram tratados de ambos os lados. Por uma perspectiva havia mercado para as donas de casa, para as mulheres de família e para moças, de outro, um mercado reconfigurava a imagem da mulher na sociedade por uma perspectiva erotizante.

Temos uma sociedade que consome a versão da mulher como ideal de moralidade e também a que consome a versão da mulher como objeto.

¹⁰ Termo que será trabalho mais a frente.

Na primeira edição da revista *Cláudia* um artigo delimita a quem a revista se destina:

Por que *Cláudia*? O Brasil está mudando rapidamente. A explosiva evolução da classe média torna necessária uma revista para orientar, informar e apoiar o crescente número de donas de casa que querem (e devem) adaptar-se ao ritmo da vida moderna. *Cláudia* será dirigida a estas mulheres e será dedicada a encontrar soluções para seus novos problemas. *Cláudia* não esquecerá, porém, que a mulher tem mais interesse em polidores do que em política, mais em cozinha do que em contrabando, mais em seu próprio corpo do que em outros planetas ... *Cláudia* entenderá que o eixo do universo da mulher é seu lar. (apud BASSANEZI, 1996, p. 38).

A Revista *Querida* também reafirmava o papel da mulher e da boa conduta: “[...] não permita se entregar às novas condutas morais, antes da separação, reflitam. Pensem nos filhos. Depois decidam com serenidade” (QUERIDA, julho de 1965).

Nas formulações desses editoriais, pode-se assinalar uma posição de sujeito que indica uma moral em que, de um lado, a mulher da classe média vive fora dela e para os outros (marido e filhos), submetida à ordem do lar e marcada pela felicidade consumista, a ela cabe a gestão da casa e do espaço privado; de outro lado, o homem de classe média vive fora do lar, a ele cabe a gestão do público e a manutenção da casa.

E é para este homem que a revista *Playboy*¹¹ se criou. No seu primeiro número, *Homem* se apresentou em uma nota editorial, intitulada “De Homem para Homem”. Debaixo daquele título, em seguida se lê: “Uma nova revista”; “Um país novo”; “Um novo homem”. Em que, *Homem/Playboy* surgem como um processo de modernização mais amplo que, entre outras coisas, trouxe consigo a “revolução sexual”. No entanto, essas declarações de *Homem*, acoplavam-se ao ideal de “revolução” da ditadura, cujo propósito era modernizar o país – o regime, a rigor, propôs-se a “reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil. (GIORDANO, 2012).

A *Playboy* colocou o sexo como elo vinculante entre a esfera doméstica e a esfera pública. Isso teve uma dupla função: questionar o modelo de família nuclear moderno e abrir um espaço para a discussão de temas públicos em circunstâncias da política democrática. De modo provisório, pode-se dizer que a *Playboy* expressa uma articulação entre negócios, política e sexo que questiona os modelos de domesticidade que funcionam como marcos sociais para o comportamento social considerado. (GIORDANO, 2012, p. 157).

¹¹ *Playboy* foi criada nos Estados Unidos em 1953, tendo como capa o maior ícone sexual do período, Marilyn Monroe. No Brasil ela chega em 1975, com o nome *Homem*. A revista, portanto é reconfigurada em 1977 quando passa a chamar, também aqui no Brasil, *Playboy*. Construindo uma imagética entorno da palavra *Playboy* que fazia referência direta ao estilo de vida do homem pós-moderno. Trabalhador, provedor do lar e da família, porém que via no “erotismo” um divertimento aceitável aos padrões morais.

Como se compreende então a expressão sexual, (através da figura da mulher) abordada em periódicos como *Playboy*, *Querida* e *Cláudia*? Num pólo temos a moral invertida onde o sexo, a luxúria e o erotismo são vinculados à imagem feminina e que por uma lógica de mercado se expande com maior aceitação. No outro pólo temos a representação da figura da mulher como cumpridora do papel imposto a ela dentro do seio social. A mãe, a esposa e a dona de casa.

A resposta está na semiótica de Greimas (1973) que consegue definir e correlacionar conceitos de moralidade e imoralidade numa perspectiva do campo das mentalidades.

Para ele, Pornografia¹² e Erotismo estão numa mesma estrutura, e a presença dos dois termos vinculados com uma relação: o sexo. No entanto, para que esses dois termos sejam distinguidos é preciso que sejam diferentes. O eixo semântico que é criado o discurso do pornográfico ou erótico é o eixo da moralidade. Em torno dessas unidades significativas elementares, os termos disjuntivos decência e indecência, ligados ao eixo semântico da moralidade. (COSTA, 2006).

O que se percebe então, é que entre a (decência e não-indecência) está o erotismo. O erotismo está para a decência porque está em conformidade com os padrões morais e éticos da sociedade. O oposto é a pornografia que está entre a (indecência e não-decência). Logo, está em inconformidade às regras do decoro, da moral ou dos bons costumes, indignidade, incorreção, inconveniência, indecorosidade. Ou seja o erótico é aquilo que aparece, ou o que se deixam aparecer, e o pornográfico é aquilo que não poderia aparecer e aparece por uma imoralidade. (COSTA, 2006).

Por esta perspectiva consegue-se entender que a luxúria sentida, via erotismo (caso da revista *Playboy*) é aceita e estimulada pela sociedade e pelo mercado e que a luxúria sentida, via pornografia se choca com valores morais já enraizados, tendo suas mais duras críticas em segmentos reacionários da sociedade. As revistas *Querida* e *Cláudia*, assim como *O Diário* católico possuem o papel de reafirmar as condutas morais e a *Playboy* de “desvirtuá-la”.

Para o Diário, os avanços da modernidade traziam consigo “novas” perspectivas nocivas à moralidade. Festas como o Carnaval permitiam que a luxúria fosse vivida livremente e ainda com a autorização do Estado que de certo lucrava com os festejos em todo País.

¹² Pornografia do grego (*pornographos*) que diz sobre “escritos sobre prostitutas” e que seu sentido está naquilo que se mostra mas deveria ser escondido. (LAPEIZ, MORAES, 1984, p. 7).

A grande maioria dos tratados sobre a moral encontrados no jornal fazia referência direta aos males de quem se entregava à festança. Em 1956, um leitor perguntou à equipe que compunha o jornal se faria mal participar do carnaval e *O Diário* então respondeu em nota intitulada *Uma Consulta*:

Ainda há quem pergunte se fará mal ir ao carnaval... Santa simplicidade! O esplendor da impureza, o desfreio das paixões mais baixas, a luxúria nos corpos, os trejeitos bárbaros dos ébrios eróticos, as músicas excitantes, o despudor das mulheres, o cinismo dos homens depravados, tudo isso junto não fará mal? (UMA CONSULTA. *O Diário*, 1956, p. 5).

Todos os anos, no período que antecedia o carnaval, *O Diário* fazia uma espécie de “especial” sobre os valores morais, e publicava encíclicas que faziam referência às condutas, textos de São Tomás de Aquino sobre os vícios humanos e os pecados da carne, notícias de fatos ruins que aconteciam no período da festa, tais como homicídios, roubos, estupros e o uso de drogas, alertava os pais com discursos de medo sobre as coisas maléficas que o Carnaval poderia causar à mente dos filhos, e, perto da data, quase diariamente havia artigos que tratavam diretamente da ocasião. Artigos como: – *Decadencia extrema*¹³; *Carnaval e os... leprosos*¹⁴; *Ameaçando o bom senso e os bons costumes*¹⁵; *Os êrros do mundo*¹⁶; *Carnaval de 1971*¹⁷ – demonstrava que todos os anos a mesma preocupação surgia, a comemoração da festa em que os vícios e as paixões são libertadas.

¹³ Este artigo é impróprio para menores, para senhoritas e damas que não vão ao carnaval. E’ um caustico, de que só precisam os que tem a alma infeccionada, e que só pode ser conhecido de quem conhece os vícios. Os outros não o leiam. A cidade que ha dois meses mergulhou na mais brutal imoralidade publica e ostensiva, começa hoje tríduo delirante da loucura e da impureza. Cousa desconhecida em nossas terras, o governo do município oficializa e subvenciona a festa da imoralidade, da luxúria e do despudor. (A DECADENCIA..., *O Diário*, 1946, p. 5).

¹⁴ [...] É que eu sei também que após esses dias de “loucura coletiva” em que o vicio tripudia variante, a voz paternal e severa da Igreja. Recenderá ao homem que ele é pó e cinza e o convidará às práticas das virtudes ao repudio da luxúria. (CARNAVAL E OS..., *O Diário*, 1956, p. 4).

¹⁵ A preservação da família é objeto de vários dispositivos da Constituição do Estado Novo. E não é lícito a administração, autorizar, encampar, compactuar com iniciativas dessa ordem, dissolvente, remota ou proximamente, da moral, afim de que sob sua garantia as famílias entreguem suas filhas à voragem de tais ambientes de promiscuidade pernicioso e de costumes contrários à educação da família brasileira. (AMEAÇANDO..., *O Diário*, 1959, p. 3).

¹⁶ [...] o terror, o ódio, formam a alucinante sinfonia da loucura guerreira, regida pela grande maestra, a morte, no Brasil e em outras partes, brincam-se o carnaval. A embriaguez dos sentidos que levam o homem à degradação do corpo e da animalidade [...] uns rebolcam-se na lama dos vícios e da intemperança. (OS ÊRROS..., *O Diário*, 1960, p. 4).

¹⁷ O carnaval é uma sucessão de atentados á moral, á saúde, á economia há tudo quanto há de respeitável na vida. A luxúria dos corpos espalham doenças e o homem de bem se afunda na lama da promiscuidade. A imprensa que deve formar e informar a opinião publica estaria na obrigação de velar pelo bem geral. (AFONSO, *O Diário*, 1971, p. 2).

Com o passar dos anos, *O Diário* parecia entender que a popularização da festa era cada vez maior e financeiramente rentável para Belo Horizonte e para o resto do Brasil, principalmente o Rio de Janeiro (maior alvo das críticas do jornal sobre o Carnaval). Por mais que insistisse em discursos que denegrissem a festa e quem participava dela, a força do Estado dava suporte para que a festa acontecesse, (mesmo que a censura atuasse ao combate à imoralidade nos diversos setores midiáticos). Uma batalha que não seria vencida, visto que a cada ano o turismo nessa data crescia e, aos poucos, o Brasil ficava sendo conhecido como o “País do Carnaval” onde o Carnaval foi se tornando, assim como o sexo, mais um produto do mercado. A partir de 1964, o discurso dos setores mais conservadores da sociedade se abrandava, e o caráter de suas publicações, de combativo passa a ser preventivo.

A Indústria do sexo se torna cada vez mais forte no Brasil a partir de 1980, e a “boa moral” tão combatida pelos periódicos, aqui apresentados, é invertida. Sendo a luxúria, neste momento, produto do mercado e da sociedade pós-moderna, o que resta é uma luta contra a hipocrisia moral onde o processo de liberação dos costumes e a pornografia davam margem à condenação da consciência social.

“A promoção de valores hedonistas, logo depois reforçada pelas propagandas dos movimentos em prol da liberação sexual, transformou completamente a moral sexual tradicional, tornando o sexo um objeto de consumo de massa.” (LIPOVETSKY, 2005, p. 37). Por mais que uma “boa moral sexual” ainda se fizesse muito presente o mercado descentrou o conceito de sexualidade abriu novas vertentes como: a sexualidade individual¹⁸, a sexualidade comprada¹⁹ e a sexualidade hedonista²⁰.

A luxúria passou a ser admitida como desejo instintivo, no entanto, ainda sim, condenada quando ultrapassava a linha tênue entre privado e público. A Pós-Modernidade acabou por designar uma operação que Lipovetsky (2005) chamaria de “autonomização da sexualidade” (p. 37) no que tange a moral. A partir dos anos 1970 a luxúria não encontra mais sua legitimidade no respeito a regras definidas, de ordem afetiva ou convencional, mas sim em si mesmo. Enquanto instrumento de felicidade o mercado a eleva, estimulando novas percepções de uma sexualidade tradicional, cada vez mais “ultrapassada”.

4. Conclusão.

¹⁸ A sexualidade individual está relacionada com a pornografia.

¹⁹ A sexualidade comprada se encontra na prostituição.

²⁰ A sexualidade hedonista seria a própria luxúria, os excessos e a busca pelo prazer.

Os domínios e a autonomia do corpo sempre foram uma das principais fontes de condenação moral da Igreja. Durante a Idade Moderna, as distorções de valores se deram com os pensamentos “progressistas”²¹, desconstruindo de forma racional as amarras e tensões sobre o corpo.²² No pós-modernismo, com a Revolução Sexual, toda conduta referente à corporalidade foi revista, as relações ficaram “possíveis” e a moral católica declarou guerra às “novas” definições. A Pós-Modernidade tentou limpar a lama em que a luxúria chafurdou por toda a história, enquanto novas formas de extremismo e intolerância religiosa propunham sua extinção de fato.

Não se pode dizer que a luxúria saiu vitoriosa no embate com a religião, mas pode-se dizer que ela ganhou maior espaço²³. A “permissividade” das relações sexuais facilitou ainda mais a limpeza de sua reputação; no mundo pós-moderno o indivíduo consegue exercer sua sexualidade (mesmo que alguns segmentos a condenem).

O pecado da luxúria se faz presente na sociedade pós-moderna, porém dentro de algumas perspectivas (como o erotismo) troca por virtuoso seu caráter negativo, e torna-se, por vezes, dentro da lógica do mercado, uma conduta legalizada e estimulada.

Este ensaio faz parte de uma pesquisa que tem os sete pecados capitais como norteador de uma discussão maior sobre a inversão dos valores morais a partir da Pós-modernidade. A intenção é desenvolver um raciocínio metodológico em que se pode perceber que a questão da sexualidade (na perspectiva do pecado da luxúria) foi dividida em dois pólos a partir de 1945. O primeiro pólo que entende a “boa moral” suplantada principalmente dentro do campo religioso e o segundo que lê a sexualidade a partir da indústria do sexo e que por uma lógica de mercado entra em conflito com valores e condutas permitidas.

Referências:

A DECADÊNCIA extrema. **O Diário**. Vida Catholica. Belo Horizonte. 23 fev 1946, p.5.

AFONSO, Paulo. Carnaval de 1971. **O Diário**. Vida Catholica. Belo Horizonte. 12 fev 1971, p.2.

ALIGUIERI, Dante. Purgatório: **A Divina Comédia**. Trad. Hernâni Donato. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

²¹ Por pensamentos progressistas me refiro a qualquer linha ideológica que contraria as definições sociais construídas pela Igreja. Entre eles, o Renascimento, o Iluminismo, o Liberalismo, Pós-Modernismo, etc.

²² Cf. LE GOFF, Jacques; TROUNG, Nicolas. Uma história do corpo na Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

²³ Cf. BLACKBURN, Simon. Luxúria. São Paulo: ARX, 2005.

AMEAÇANDO o bom senso e os bons costumes. O Carnaval se aproxima – uma decisão do dr. Dulcídio Gonçalves, 2º delegado auxiliar da Capital da República – com o juiz de menores – Medidas que se impõem. **O Diário**. Belo Horizonte. 9 fev 1959, p.3.

AQUINO, São Tomás de. **Sobre o Ensino (De Magisto), Os Sete Pecados Capitais**. Trad. Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 63-133.

ARISTÓTELES. **Ética e Nicômaco**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BASCHET, Jérôme. **A Lógica da Salvação. A Civilização Feudal: Do ano mil à Colonização da América**. São Paulo: Globo, 2000. p. 374-385.

CARNAVAL E OS... leprosos, **O Diário**. Belo Horizonte. 22 fev 1956, p.4.

CARVALHO, Walter Pires *apud* COSTA, Valmir. **Com repressão, não há tesão: a censura ao sexo no jornalismo de revistas no Brasil do século XIX ao Regime Militar (1964-79)**. Caligrama, São Paulo (ECA/USP), vol. 2, n 1, jan/abril 2006, p. 6.

COSTA, Valmir. **Com repressão, não há tesão: a censura ao sexo no jornalismo de revistas no Brasil do século XIX ao Regime Militar (1964-79)**. Caligrama, São Paulo (ECA/USP), vol. 2, n 1, jan/abril 2006.

COSTELLA. Antônio F. **O Controle da Informação no Brasil**. Petrópolis: Vozes Limitada. 1970.

DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo. A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)**. São Paulo, vol. I. EDUSC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Edições Grall. 13ª Ed. 1999.

FREUD, Sigmund *apud* BLANCO, Arturo. S. **A Pulsão. Antroposmoderno**. Disponível em: <<http://www.antroposmoderno.com/textos/Apulsao.shtml>> Acesso em: 26 de jun 2013.

GALVÃO, Antônio Mesquita. **A Crise da Ética: O neoliberalismo como causa da exclusão social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GÊNESIS. In: **A BÍBLIA**: tradução ecumênica. São Paulo: Paulinas, 2002.

GIORDANO, Verónica. **Negócios, Política e Sexo – A Revista Playboy do Brasil (1975-1980)**. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. Revista USP, São Paulo: nº 95, pp. 150-158, set/out/nov 2012.

GREIMAS, A. **Semântica Estrutural**. São Paulo: Cultrix. 1973.

GUINNESS, Os. **Sete Pecados Capitais: Navegando através do caos em uma era de confusão moral**. Tradução Augustos Nicodemos. São Paulo: Shedd Publicações, 2006.

JAMESON, Frederic. **Pós-Modernidade e a sociedade de consumo**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo: nº12, pp. 16-26, jun 1985.

JAMESON, Eric *apud* ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

JENCKS, Charles *apud* KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: José Zahar Ed., 2006.

KOLTRUV, Barbara Balnck. **O livro de Lilith**. São Paulo: Cultrix, 2007. 153p.

LAPEIZ, Sandra M; MORAES, Eliane R. **O que é a pornografia?** Col. Primeiros Passos. Rio de Janeiro: Brasiliense. 1984.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Sociedade Pós-Moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos**. São Paulo: Manole, 2005.

LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório**. Lisboa: Estampa, 1993.

MATTOS, Sérgio (1996). **O Controle nos Meios de Comunicação: a história da censura no Brasil**. Salvador: Edufba. 2006. Disponível em: <<http://www.sergiomattos.com.br>>. Acesso em 24 de ago de 2001.

MENNINGUER, Karl *apud* GUINNESS. **Os Sete Pecados Capitais: Navegando através do caos em uma era de confusão moral**. Trad. Augustos Nicodemos. São Paulo: Shedd Publicações, 2006.

REVISTA CLÁUDIA. Editora Abril. 1961-1976.

REVISTA CLÁUDIA *apud* BASSANEZI, C. B. **Virando as Páginas, Revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher - 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996, p. 449.

REVISTA QUERIDA. Rio Gráfica Editora. jul n.251, p. 96, 1964.

SEBE, José Carlos. **Carnaval, Carnavais**. São Paulo: Ática. 1986, p.96.

OS ÊRROS do mundo. **O Diário**. Belo Horizonte. 8 fev 1960, p.4.

UMA CONSULTA. **O Diário**. Belo Horizonte. 15 fev 1956, p.5.